

2

Círculos Marxistas

REVOLUÇÃO
RUSSA

p.2

As Questões de Outubro

Daniel Bensaïd

p.7

Lenine, ou a política do tempo partido

Daniel Bensaïd

p.13

Lenine: Saltos! Saltos! Saltos!

Daniel Bensaïd

Daniel Bensaïd é professor de Filosofia na Universidade de Paris VIII e dirigente da Quarta Internacional e da LCR francesa. Considerado um dos principais teóricos do movimento trotskista em França, onde participou e dirigiu as lutas estudantis no Maio de 68, os estudos de Bensaïd sobre Marx e Walter Benjamin fazem dele uma das figuras de referência da esquerda revolucionária mundial.

As Questões de Outubro

Daniel Bensaïd

Antes mesmo de entrar na massa dos novos documentos acessíveis pela abertura dos arquivos soviéticos (que permitirão, indubitavelmente, novas luzes e uma renovação das controvérsias), as discussões vem tropeçar no pensamento pronto da ideologia dominante, bem ilustrada pela recente homenagem necrológica consensual à François Furet. Nesses tempos de contra-reforma e de reação, não surpreende que os nomes de Lenin e Trotsky se tornem tão impronunciáveis quanto foram aqueles de Robespierre e Saint-Just sob a Restauração.

Para começar a limpar o terreno é conveniente retomar três ideias bastante aceitas hoje em dia:

1. Em vez de revolução, Outubro seria mais o nome emblemático de um complô ou de um golpe de Estado minoritário impondo no conjunto, de cima para baixo, sua concepção autoritária da organização social em benefício de uma nova elite.

2. Todo o desenvolvimento da Revolução Russa e suas desventuras totalitárias estaria inscrita em germe, por uma espécie de pecado original, na ideia (ou “paixão” segundo Furet) revolucionária: a história se reduziria então à genealogia e à execução dessa ideia perversa, em detrimento de grandes convulsões reais, de acontecimentos colossais e da saída incerta de toda luta.

3. Enfim, a Revolução Russa teria sido condenada à monstruosidade por ter nascido de um parto “premature” da história, de uma tentativa de forçar o curso e o ritmo, quando “as condições objetivas” de uma superação do capitalismo não estavam dadas: em lugar de ter tido a sabedoria “de autolimitar” seu projeto, os dirigentes bolcheviques teriam sido os agentes ativos desse contratempo.

REVOLUÇÃO OU GOLPE DE ESTADO?

A Revolução Russa não é resultado de uma conspiração mas a explosão, no contexto da guerra, das contradições acumuladas pelos conservadorismo autocrático do regime czarista. A Rússia, no começo do século, é uma sociedade bloqueada, um caso exemplar de “desenvolvimento desigual e combinado”, um país ao mesmo tempo dominante e dependente, aliando

os traços feudais de um campo onde a servidão é oficialmente abolida há menos de meio século e os traços do capitalismo industrial urbano mais concentrados. Grande potência, ela é subordinada tecnologicamente e financeiramente (empréstimos). O caderno de condolências apresentado para Gapon por ocasião da Revolução de 1905 é um verdadeiro registro da miséria que reina no país das czares. As tentativas de reformas são rapidamente bloqueadas pelo conservadorismo da oligarquia, a teimosia do déspota e a inconsistência de uma burguesia que já está perseguida pelo movimento operário nascente. As tarefas da revolução democrática recaem, assim, numa espécie de terceiro-estado, no qual, à diferença da Revolução Francesa, o proletariado moderno, ainda que minoritário, já se constitui na ala dinâmica em marcha.

É isso que a “Santa Rússia” pode representar: “o elo fraco da cadeia imperialista”. A prova da guerra põe fogo neste barril de pólvora.

O desenvolvimento do processo revolucionário entre fevereiro e outubro de 1917, ilustra bem que não se trata de uma conspiração minoritária de agitadores profissionais, mas da assimilação acelerada de uma experiência política em escala de massa, de uma metamorfose das consciências, de um deslocamento constante das relações de forças. Na sua magistral *História da Revolução Russa*, Trotsky analisa minuciosamente esta radicalização, de eleição sindical em eleição sindical, de eleição municipal em eleição municipal, junto aos operários, soldados e camponeses. Enquanto os bolcheviques representavam apenas 13% dos delegados ao Congresso dos soviets de junho, as coisas mudam rapidamente depois das Jornadas de Julho e a tentativa de *putsch* de Kornilov: eles representam entre 45% e 60% em outubro. Longe de representar uma manipulação conseguida pela surpresa, a insurreição representa o resultado e a conclusão provisória de uma prova de força que amadureceu ao longo do ano, no curso do qual o estado de espírito das massas plebeias esteve sempre à esquerda dos partidos e de seus estados-maiores, não somente dos socialistas revolucionários, mas mesmo daqueles do Partido Bolchevique ou de uma parte de sua direção (até inclusive sobre a decisão da insurreição).

Isso é o que explica que a insurreição de Outubro, comparativamente às violências que conhecemos desde então, tenha sido muito pouco violenta e pouco onerosa em vidas humanas, por mais que seja vão distinguir entre as vítimas de Outubro propriamente ditas (de ambas as partes) e aquelas da guerra civil a partir de 1918, sustentada pelas potências estrangeiras, com a França e a Grã-Bretanha na primeira fila.

Se entendermos revolução por um elã vindo de baixo para cima, aspirações profundas de um povo, e não a execução de algum plano mirabolante imaginado por uma elite esclarecida, não há nenhuma dúvida que a Revolução Russa foi uma, no sentido pleno da palavra. Basta notar as medidas legislativas tomadas nos primeiros meses e no primeiro ano pelo novo regime para compreender que elas significam uma transformação radical das relações de propriedades e de poder, às vezes mais rápida que previsto e desejado, às vezes mesmo além do desejável, sob a pressão das circunstâncias. Numerosos livros testemunham esta ruptura na ordem do mundo e de sua repercussão internacional imediata.

Marc Ferro sublinha que não houve à época muita gente para apiedar-se do regime do czar e para chorar o último déspota. Ele insiste, ao contrário, sobre a virada do mundo tão característica de uma autêntica revolução, que afeta até os detalhes da vida quotidiana: em Odessa, os estudantes ditam aos professores um novo programa de história; em Petrogrado, os trabalhadores obrigam seus patrões a aprender o “novo direito operário”; no exército, os soldados convidam o capelão a sua reunião *“para dar um novo sentido a sua vida; em certas escolas, as crianças reivindicam o aprendizado do boxe para se fazer escutar e respeitar pelos adultos...”*

Este elã revolucionário inicial se faz ainda sentir ao longo dos anos vinte, apesar das penúrias e do atraso cultural, nas tentativas pioneiras no *front* da transformação do modo de vida: reformas escolares e pedagógicas, legislação familiar, utopias urbanas, invenção gráfica e cinematográfica. É ele ainda que permite explicar as contradições e as ambigüidades da grande transformação operada com dor entre as duas guerras, onde ainda se misturam o terror e a repressão burocrática e a energia da esperança revolucionária. Nunca nenhum país do mundo conheceu uma metamorfose tão brutal, sob o chicote de uma burocracia faraônica: entre 1926 e 1939 as cidades aumentarão de 30 milhões de habitantes e sua parte na população global passará de 18% a 33%; durante o único primeiro plano quinquenal sua taxa de crescimento é de 44%, ou seja praticamente tanto quanto entre 1897 e 1926; a força de trabalho assalariada mais que dobra (passa de 10 a 22 milhões); o que significa a “ruralização” massiva das cidades, um esforço enorme de alfabetização e de educação,

a imposição à marcha forçada de uma disciplina do trabalho. Esta grande transformação é acompanhada de um renascimento do nacionalismo, de um desenvolvimento do carreirismo, do surgimento de uma novo conformismo burocrático. Nesta grande confusão, ironiza Moshe Lewin, a sociedade estava, num certo sentido, “sem classes”, porque todas as classes estavam uniformes, em fusão.

VONTADE DE PODER OU CONTRA-REVOLUÇÃO BUROCRÁTICA

O destino da primeira revolução socialista, o triunfo do stalinismo, os crimes da burocracia totalitária constituem sem nenhuma dúvida um dos fatos maiores do século. As chaves de sua interpretação têm a maior importância. Para alguns, o princípio do mal residiria num fundo ruim da natureza humana, uma irrepreensível vontade de potência que pode manifestar-se sob diferentes máscaras, inclusive aquela da pretensão de fazer a felicidade dos povos, apesar deles, de impor-lhes esquemas préconcebidos de uma “cidade ideal”. Importa-nos, ao contrário, encontrar na organização social, nas forças que a constituem e se opõem, as raízes e as molas profundas daquilo que às vezes chamamos “o fenômeno stalinista”.

O stalinismo, nestas circunstâncias históricas concretas, remete a uma tendência mais geral à burocratização em marcha em todas as sociedades modernas. Ela é alimentada fundamentalmente pelo desenvolvimento da divisão social do trabalho (entre trabalho manual e intelectual notadamente) e pelos “perigos profissionais do poder” que lhes são inerentes. Na União Soviética, esta dinâmica foi tanto mais forte e rápida quanto a burocracia se produziu sobre um fundo de destruição, de penúria, de arcaísmo cultural, na ausência de tradições democráticas. Desde a origem, a base social da revolução era ao mesmo tempo ampla e estreita, ampla na medida em que ela repousava sobre a aliança entre operários e camponeses que constituíam a esmagadora maioria social. Estreita na medida em que o componente operário minoritário, foi rapidamente eliminado pelos desgastes da guerra e as perdas da guerra civil. Os soldados para os quais os soviets tiveram em 1917 um papel central, eram no essencial camponeses mobilizados pela ideia da paz de retorno ao lar.

Nessas condições, o fenômeno da pirâmide invertida ficou em seguida evidente. Não era mais a base que levava e empurrava o topo, mas a vontade do topo que esforçava-se de carregar a base. Daí a mecânica da substituição: o partido substitui ao povo, a burocracia ao partido, o homem providencial ao conjunto. Mas esta construção só se impõe pela formação de uma nova burocracia, fruto da herança do antigo regime e da promoção social acelerada de novos dirigentes. Simbolicamente, nos efetivos do

partido após o recrutamento massivo da “promoção Lenin”, alguns milhares de militantes da revolução de Outubro não pesam mais a relação às centenas de milhares de novos bolcheviques, entre os quais os carreiristas vindos em socorro da vitória e os elementos reciclados da velha administração.

O testamento de Lenin é testemunha, em sua agonia, desta consciência patética do problema. Enquanto a revolução é assunto de povos e de multidões, Lenin moribundo está imaginando o futuro, avaliando os vícios e as virtudes de um punhado de dirigentes de quem tudo parece agora depender.

Se os factores sociais e as circunstâncias históricas jogam um papel determinante no ascenso poderoso da burocracia stalinista, isto não significa que as ideias e as teorias não tenham nenhuma responsabilidade na sua existência. Particularmente, não há nenhuma dúvida que a confusão sustentada, desde a tomada do poder, entre o Estado, o partido e a classe operária em nome do definhamento rápido do Estado e do desaparecimento das contradições no seio do povo, favorece consideravelmente a estatização da sociedade e não a socialização das funções estatais. O aprendizado da democracia é uma questão longa, difícil, que não caminha no mesmo ritmo que os decretos de reforma económica. Ela toma tempo, energia. A solução fácil consiste, então, em subordinar os órgãos de poder popular, conselhos e soviets a um tutor esclarecido, o partido. Na prática, ela consiste também em substituir o princípio da eleição e do controle dos responsáveis pela sua nomeação, por iniciativa do partido, desde 1918, em alguns casos. Esta lógica desemboca, então, na supressão do pluralismo político e das liberdades de opinião necessárias à vida democrática, assim como a subordinação sistemática do direito à força.

A engrenagem é tanto mais implacável quanto a burocracia não procede somente ou principalmente de uma manipulação das altas esferas. Ela responde também, às vezes, a uma espécie de demanda das bases, a uma necessidade de ordem e de tranquilidade dos cansaços da guerra e da guerra civil, das privações e do desgaste que as controvérsias democráticas, a agitação política, a demanda constante de responsabilidade provocam. Marc Ferro assinalou, em seus livros, de forma pertinente, esta terrível dialética.

Ele lembra, assim, que existiam “*duas vertentes – democrática-autoritária na base, centralista e autoritária na cúpula*”, no começo da revolução, “*enquanto que em 1939 há apenas uma*”. Mas, para ele, a questão é praticamente resolvida ao cabo de alguns meses, a partir de 1918 ou 1919, com o definhamento ou o enquadramento dos comitês de bairro e de fábrica. Seguindo uma aproximação análoga, o filósofo Phillipe Lacoue-Labarthe é ainda mais explícito declarando o bolchevismo “contra-

revolucionário a partir de 1920-1921”, isto é, antes de Kronstadt.

O assunto é de maior importância. Não é questão de opor, ponto por ponto, de maneira maniqueísta uma lenda do “leninismo sob Lenin” ao leninismo sob Stalin, os anos 20 luminosos aos sombrios anos 30, como se nada houvesse ainda começado a apodrecer no país dos soviets. É claro, a burocratização está quase imediatamente em andamento; é claro, a atividade policial da *Tcheka* tem sua lógica própria; é claro, o desterro político das ilhas Solovski está aberto depois da guerra civil e antes da morte de Lenin; é claro, a pluralidade dos partidos é suprimida de fato, a liberdade de expressão limitada, os direitos democráticos no próprio partido são restringidos a partir do 10º Congresso de 1921. O processo daquilo que chamamos contra-revolução burocrática não é um acontecimento simples, datável, simétrico da insurreição de Outubro. Ele não é feito num dia. Ele passou por escolhas, enfrentamentos, acontecimentos. Os próprios actores não pararam de debater sobre a periodização, não pelo gosto da precisão histórica, mas para tentar deduzir as tarefas políticas. Testemunhas como Rosmer, Eastman, Souvarine, Istrati, Benjamin, Zamiatini e Bulgakov (nas suas cartas à Stalin), a poesia de Maiakovski, os tormentos de Mandelstam ou de Tsvetaieva, os cadernos de Babel etc., podem contribuir a esclarecer as múltiplas facetas do fenómeno, seu desenvolvimento, sua progressão.

Mas isso não reduz o contraste, a descontinuidade irreduzível, na política interna como na política internacional, entre o começo dos anos 20 e os terríveis anos 30. Nós não contestamos que as tendências autoritárias tenham começado a impor-se bem antes, que obcecados pelo “inimigo principal” (bem real na verdade) da agressão imperialista e a restauração capitalista, os dirigentes bolcheviques tenham começado a ignorar ou subestimar “o inimigo secundário”, a burocracia que os minava internamente e que acaba por devorá-los. Este roteiro era inédito na época, difícil de imaginar, foi preciso tempo para compreendê-lo e interpretá-lo, para tirar as consequências. Assim, se Lenin sem dúvida melhor compreendeu o sinal de alarme que significou a crise do Kronstadt, a ponto de impulsionar uma profunda reorientação política, é apenas bem mais tarde, em *A revolução traída*, que Trotsky chegará a fundar um princípio de pluralismo político sobre a heterogeneidade do próprio proletariado, inclusive após a tomada do poder.

A maioria dos grandes testemunhos e dos estudos sobre a União Soviética ou sobre o próprio Partido bolchevique – ver *Moscou sous Lenine* de Rosmer, *O leninismo sob Lenin* de Marcel Liebman, *L’histoire du Parti Bolchevick* de Pierre Broué, *Staline* de Souvarine e o do Trotsky, os trabalhos de L. H. Carr, de Tony Cliff, de Moshe Lewin, de David Rousset – não

permitem ignorar, na estreita dialética da ruptura e da continuidade, a grande virada dos anos 30. A ruptura ganha de longe, atestada pelos milhões e milhões de mortos de fome, os deportados, as vítimas dos processos e dos expurgos. Foi preciso desencadear tal violência para chegar ao “congressos dos vencedores” de 1934 e a consolidação do poder burocrático porque a herança revolucionária deveria ser tenaz e não foi facilmente superada

Isto é o que chamamos uma contra-revolução, tão massiva, tão visível, tão esmagadora como as medidas autoritárias, por inquietantes que fossem, tomadas no calor da guerra civil. Esta contra-revolução faz igualmente sentir seus efeitos em todos os domínios, naquele da economia política (coletivização forçada e desenvolvimento em grande escala do *Gulag*), da política internacional (na China, na Alemanha, na Espanha), da própria política cultural ou da vida quotidiana, com aquilo que Trotsky chamou “termidor no lar”.

REVOLUÇÃO “PREMATURA”

Após a queda da União Soviética uma tese readquiriu vigor entre os defensores do marxismo, especialmente nos países anglo-saxônicos (ver as teses de Gerry Cohen): aquela segundo a qual a revolução teria sido desde o começo uma aventura condenada porque prematura. Na realidade, esta tese tem sua origem muito cedo no discurso dos próprios mencheviques russos e nas análises de Kautsky, desde 1921: muito sangue, lágrimas e ruínas, escreveu ele então, teriam sido poupados “se os bolcheviques tivessem tido o senso menchevique da autolimitação àquilo que é acessível, onde se revela o mestre”.

A fórmula é impressionantemente reveladora. Eis alguém que polemiza contra a ideia de um partido de vanguarda mas imagina em troca um partido-mestre, educador e pedagogo, capaz de regular à sua vontade a marcha e ritmo da história. Como se as lutas e as revoluções não tivessem também sua lógica própria. Ao querer autolimitá-las tenta-se passar para o lado da ordem estabelecida. Não se trata mais então “de autolimitar” os objetivos do partido, mas simplesmente de limitar as aspirações das massas. Nesse sentido, os Ebert e os Noske, assassinando Rosa Luxemburg e esmagando os soviets da Baviera se tornaram ilustres como virtuosos da “autolimitação”.

Na verdade, o raciocínio conduz de maneira inelutável à ideia uma história bem ordenada, regrada, como um relógio, onde tudo tem a sua hora, no tempo exato. Ele recai nas planícies de um estrito determinismo histórico tão seguidamente censurado nos marxistas onde a situação da infra-estrutura determina de maneira estreita a superestrutura correspondente. Ele elimina simplesmente o fato de que a história não tem a força de um destino, é

cheia de acontecimentos que abrem uma série de possibilidades, nem todas garantidas. Trata-se mais de um horizonte determinado de possibilidades. Seus próprios actores pensaram a Revolução Russa não como uma aventura solitária, mas como primeiro elemento de uma revolução europeia e mundial. Os fracassos da Revolução Alemã ou da Guerra Civil Espanhola, os desdobramentos da Revolução Chinesa, a vitória do fascismo na Itália e na Alemanha não estavam escritos de antemão.

Falar nesse caso de revolução prematura significa um retorno a enunciar um julgamento de tribunal histórico, em vez de se colocar do ponto de vista da lógica interna do conflito e das políticas que se defrontam. Deste ponto de vista, as derrotas não são provas de erro ou de falhas, da mesma forma que as vitórias não são prova da verdade. Porque não há julgamento final. O que importa é o que foi traçado passo a passo na ocasião de cada grande escolha de cada grande bifurcação (a NEP, a coletivização forçada, o pacto germano-soviético, a Guerra Civil Espanhola, a vitória do nazismo), a pista de uma outra história possível. É o que preserva a inteligibilidade do passado e permite tirar lições para o futuro.

Haveria, certamente, outros aspectos para discutir por ocasião deste aniversário. Nós estamos satisfeitos com “três questões de Outubro” hoje cruciais no debate. Mas o capítulo das “lições de Outubro” de um ponto de vista estratégico (crise revolucionária; dualidade de poder; relações entre partidos, massas e instituições; questões da economia de transição), de sua atualidade e de seus limites, é evidentemente tarefa decisiva. Isto conduz, também, contra “diabolizar” quem pretende responsabilizar a revolução por todas as misérias do século, a precisar que a União Soviética é certamente o país que, em três décadas, viu o maior número de mortes violentas concentradas num território limitado, mas que não se pode sem mais nem menos imputar à revolução as dezenas de milhões de mortes (os historiadores discutem a cifra hoje em dia), aquelas da Primeira Guerra Mundial, da intervenção estrangeira, da guerra civil ou da Segunda Guerra Mundial. Assim como, no bicentenário da Revolução Francesa era impossível imputar à Revolução os sofrimentos causados pela intervenção das monarquias ou das guerras napoleônicas.

Talvez nestes tempos de restauração seja proveitoso, para terminar, lembrar estas soberbas linhas célebres de Kant, escritas em 1795, em plena reação termidoriana: “Um tal fenômeno na história da humanidade não se esquece mais porque ele revelou na natureza humana uma disposição, uma faculdade de progresso tal que não seria possível com uma política de sutileza, separando-a do curso anterior dos acontecimentos somente na natureza da liberdade reunidas na espécie humana segundo os princípios

internos do direito na medida da aparência, ainda que quanto ao tempo de uma maneira indeterminada e como acontecimento contingente. Mas mesmo se o objetivo visado por este acontecimento não foi ainda hoje atingido, mesmo quando a revolução ou a reforma da constituição do povo fosse finalmente fracassada, ou tivesse se passado um lapso de tempo, tudo recaísse no estado de coisas anterior (como a manutenção de certas políticas), esta profecia filosófica não perde nem um pouco de sua força. Porque este acontecimento é muito importante, muito misturado aos interesses da humanidade e de uma influência imensa sobre todas as partes do mundo para não ser colocado na memória dos povos em circunstâncias favoráveis e recuperado quando da retomada de novas tentativas deste gênero”.

Ninguém poderá conseguir que os dez dias que abalaram o mundo sejam apagados.

Lenine, ou a política do tempo partido

Daniel Bensaïd

Na onda de antimarxismo que acompanhou a ofensiva liberal dos anos 1980, a estatura de Marx permanecia suficientemente imponente para que pudéssemos ter certeza de um regresso à graça, de uma reabilitação editorial e académica, com a condição de ser numa versão *light*, sem o lastro de sua carga subversiva. Podia-se mesmo esperar alguma indulgência em relação a Trotsky, em reconhecimento dos talentos literários atestados pela sua *História da Revolução Russa*, e em função da fascinação estética que suscita seu destino trágico de vencido.

Mas Lenine! O seu papel é sem dúvida o mais ingrato. O do vilão da história, morto cedo demais para ter conhecido os processos e o exílio, suspeito de ter vencido, vítima de um culto de que foi ídolo, apesar de si mesmo. Quem irá ainda meter o nariz nos quarenta volumes encadernados das Edições de Moscovo, com cheiro a cola de peixe? Quem irá mergulhar nesta sucessão de artigos, de notas de jornalista, de escritos de luta e de circunstância, de polémicas cujos destinatários na maior parte caíram no esquecimento?

Quase não há grandes livros nesta compilação de brochuras, de artigos e de textos militantes. Apesar da sua extraordinária profundidade para uma obra de juventude, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* muito cedo cansará o leitor submerso nas estatísticas áridas dos *zemstvos*. Com as suas obras, e a sua acuidade teórica laconicamente exercida nas margens da *Lógica* de Hegel, Lenine não está prestes a ter as honras da sua publicação pelas Edições La Pléiade.

Bem poucos se arriscaram seriamente por este pensamento desconcertante, numa época onde a universidade ousava, contudo, acolhê-lo: Althusser, Lefebvre, Colletti, Lukacs antes deles... Lenine merece, contudo, uma imagem diferente da de um vulgar técnico do golpe de Estado. Bem mais que Marx, ele é um autêntico pensador da política em acção, nas contradições e nos limites de uma época.

O PARTIDO COMO CAIXA DE VELOCIDADES

A noção de “leninismo” é usada a torto e a direito, sem sequer se lembrar que este termo foi originalmente codificado por Zinoviev no Quinto Congresso da Internacional Comunista para justificar o enquadramento dos jovens partidos comunistas, sob a cobertura de bolche-

vização. Ora, bem mais que uma forma de disciplina e de centralização, a ideia directora de Lenine visa “a confusão entre o partido e a classe”, confusão qualificada de “desorganizadora”. A distinção introduzida desta forma entre classe e partido inscreve-se nas grandes polémicas do movimento socialista da época e, mais especificamente na Rússia, volta-se contra as correntes populistas, “economicistas”, mencheviques. Sobre questões fundamentais, como as do governo provisório ou das alianças, nestes anos de formação da social-democracia russa, mencheviques e “economicistas” defendiam às vezes em comum posições na aparência mais intransigentes, mais conformes à ideia de um “socialismo puro”, que os bolcheviques. Esta ortodoxia decorria, na realidade, de uma visão de que a revolução democrática “burguesa” contra o despotismo constituía uma etapa necessária inevitável, durante a qual o movimento operário nascente deveria permanecer uma força auxiliar, sem se comprometer com qualquer poder, esperando uma modernização capitalista da sociedade.

Na vizinha Alemanha, Kautsky sustentava então a ideia paralela de uma “acumulação passiva” de forças e de não-participação governamental, até que a maioria eleitoral do proletariado, juntando-se à sua maioria social, lhe permitisse governar sozinho. Pôde-se qualificar este socialismo de marcha para o poder, confiando na lógica do progresso, de “socialismo fora do tempo”. Tratava-se mais exactamente de um socialismo abandonado ao curso do tempo, de um rebaixamento da luta propriamente política em favor de um determinismo sociológico.

Lenine opõe-se de forma bastante original para a época a esta redução do político ao social. Como se fosse um psicanalista atento aos “deslocamentos” e “condensações” em acção nas neuroses, ele compreende que as contradições económicas e sociais não se exprimem directamente, mas sob a forma específica, deformada e transformada, da política. É por isso que o partido tem por tarefa especialmente ficar à escuta, decifrar no campo político a maneira frequentemente inesperada pela qual se manifestam estas contradições (uma luta estudantil, o caso Dreyfus, a questão eleitoral, um incidente internacional). A sua irrupção intempestiva num ponto imprevisto é um sintoma. Ela condensa e revela uma crise latente global das relações sociais. É o milagre daquilo que, diferentemente dos factos diversos ordinários, constitui, propriamente falando, o acontecimento político.

É também por isso que a concepção do militante revolucionário não é para Lenine a do bom sindicalista combativo mas a do “tribuno do povo”, intervindo “em todas as camadas da população”, para apreender a forma concreta em que se entrelaçam uma multiplicidade de contradições. Esta questão está no coração do famoso debate sobre os estatutos do partido, minuciosamente comentados em *Um passo à frente, dois passos para trás*. A definição de membro do partido (aquele que simplesmente se reconhece no partido, o ajuda ou simpatiza com ele..., ou aquele que milita numa instância regular, quotiza, se sente responsável pelas decisões tomadas colectivamente) não é uma querela formal ou administrativa. O que está em jogo nesta pequena diferença, à primeira vista insignificante, é a delimitação do partido frente à classe. É precisamente a forma partido que permite intervir sobre o campo político, agir sobre o possível, não sofrer passivamente os fluxos e refluxos da luta de classes.

Aí reside o essencial da “revolução” segundo Lenine. Através desta distinção do partido e da classe, do político e do social, torna-se possível pensar a relação de um com o outro, “a representação do social na política”, que para Badiou é “o ponto-chave”. Pode ser que, em 1902, a tese tenha sido forçada no fogo da polémica interna. Os seus excessos são aliás corrigidos pelo próprio Lenine. A controvertida questão do “centralismo democrático”, deformada pela prática do centralismo burocrático real, estabelecido a partir de 1924, decorre em grande parte desta delimitação do partido e da classe. Implica, logicamente, a selecção dos militantes, a concentração de forças, e ao mesmo tempo uma democracia que permita a assimilação do conjunto das experiências sociais do partido. A democracia é funcional para a reflexão e a decisão, o centralismo para uma acção que visa mover as linhas, deslocar as correlações de forças. Trata-se de necessidades gerais. São irredutíveis a tal ou qual técnica de organização.

Na sua discussão com Rosa Luxemburgo a propósito de *Um passo à frente, dois passos à atrás*, Lenine distingue explicitamente os “princípios de organização”, ligados às condições gerais de luta sob o reino do capital, do “sistema de organização”, variável segundo as condições concretas de legalidade, da repressão, do desenvolvimento. À luz da experiência de 1905, Lenine insiste, na sua colectânea *Doze anos*, no facto de o partido por mais delimitado que seja, viver em intercâmbio e diálogo permanentes com as experiências da classe (principalmente a inovação imprevista que foram os soviets). O que permanece, para além destas nuances e variações, é que o partido não é uma forma de organização entre outras, sindicais ou associativas, mas a forma específica sob a qual a luta de classes se inscreve no campo político. Esta ideia da especificidade do político se reencontra aliás na noção de crise revolucionária, consequência não de um simples movimento social, mas de uma “crise nacional”, crise geral das relações recíprocas entre todas as classes da sociedade. O que Lenine escreve a este respeito no *Que fazer?* é muito claro: “O conhecimento que a classe operária pode ter de si

mesma está indissolúvelmente ligado a um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporânea, conhecimento não só teórico, digamos menos teórico do que baseado na experiência da vida política” (Lenine, *Œuvres IX*, p. 119, e *XV*, p. 298). Sublinhemos: é através da experiência da vida política que se adquire este conhecimento das relações recíprocas entre todas as classes. Trata-se de “medir a pulsação ao conjunto da vida política”. É por isso que “nossa revolução é a de todo o povo”.

O partido é o vector privilegiado desta experiência especificamente política. A sua mediação estabelece a ligação entre a estratégia e a tática, num tempo *kairótico*, que não é já o tempo homogéneo e vazio do progresso e da paciência eleitoral, mas um tempo denso, nodoso, ritmado pela luta e esburacado por crises: “Não se pode representar a própria revolução como um acto único: a revolução será uma sucessão rápida de explosões mais ou menos violentas, alternando com fases de calma mais ou menos profundas. É por isso que a actividade essencial do nosso partido, o centro essencial de sua actividade, deve ser um trabalho possível e necessário tanto nos períodos mais violentos de explosão como nos de calma, isto é, um trabalho de agitação política unificada em toda a Rússia”.

O partido é, portanto, o elemento de continuidade nas flutuações da consciência colectiva. A história não é uma marcha triunfal de qualquer força tranquila rumo ao desenlace garantido da história, mas um tecido de lutas, de crises e de fracturas. O partido não se limita a esclarecer um processo orgânico e natural de emancipação social. Ele é constituinte das correlações de forças, gerador de iniciativas, organizador da política, não no futuro simples, mas no condicional. Ele é, dizendo de outra maneira, um organizador dos diversos tempos, a condição de um pensamento estratégico que ultrapassa o horizonte imediato da tática política do dia a dia, do passo a passo, rigorosamente sem princípios. Esta abordagem, original em relação à cultura dominante na Segunda Internacional, torna concebíveis as escolhas e a atitude adoptada nas jornadas cruciais de Julho de 1917: o partido é, então, chamado a envolver-se numa acção que não deseja, para limitar seus efeitos negativos, para assimilar as suas lições, para conter o refluxo e preparar o contra-ataque.

A principal crítica dirigida, menos ao “leninismo sob Lenine”, às ideias reais de Lenine, do que à vulgata do “leninismo” estalinizado, refere-se à convicção *a posteriori* de que a noção de partido de vanguarda conteria em embrião, desde a origem, todos os graus da substituição do movimento social real pelo aparelho, e todos os círculos do inferno burocrático. Seria errado minimizar este aspecto da questão, que exige uma discussão mais aprofundada que os ajustes de contas habituais. Mas esta dimensão bem real do problema, geralmente, mascara uma outra, não menos importante. Mascara-a tanto melhor quanto o próprio Lenine taceia e nem sempre mede o alcance de suas próprias inovações. Assim, acreditando parafrasear

um texto canónico de Kautsky, ele modifica-o de forma essencial. Onde Kautsky escreve que “a ciência” chega aos proletários “do exterior da luta de classes”, introduzida pelos “intelectuais burgueses”, Lenine traduz que a “consciência política” (e não a ciência) vem do exterior da luta económica (e não da luta de classes, que é tanto política como social), levada não pelos intelectuais enquanto categoria sociológica, mas pelo partido enquanto actor especificamente político.

A diferença é substancial. Ela diz respeito à especificidade do político.

Este pensamento rompe com a tradição dominante do movimento socialista da época. No seu comentário no aniversário do *Manifesto Comunista*, António Labriola afirma terminantemente, em 1898, que “a conjugação desejada dos comunistas e dos proletários é doravante um facto consumado”. Com a entrada em cena da “massa operária”, o movimento tornou-se mais lento, e o partido de massa aparece como uma espécie de encarnação política da classe. A ideia inspira-se em fórmulas de Marx, segundo as quais a organização progressiva do proletariado em partido político e em classe eram sinónimos, unindo-se no partido os seus seres social e político.

Lenine sublinha, ao contrário, a ruptura da continuidade entre o conflito “económico” imediato e o conflito político mediado. Recusa ainda mais explicitamente “confundir o problema das classes e o dos partidos”, o conteúdo social e a sua expressão política. De facto, a luta de classe não se reduz ao conflito do operário contra um patrão, “mas contra a classe capitalista inteira”. Dessa forma, a social-democracia revolucionária, enquanto partido político, “representa” a classe trabalhadora, nas suas relações não somente com dado grupo de empregadores, mas também com “todas as classes da sociedade contemporânea e com o Estado enquanto força política organizada” (Lenine. *Œuvres V, p.408*). Trata-se de fundir num todo indissolúvel este movimento espontâneo com a actividade do partido revolucionário; daí o papel da imprensa, como organizadora colectiva, de unificar estas lutas e inscrevê-las numa visão de conjunto. A política já não é, portanto, o simples prolongamento e o reflexo da luta económica, mas uma arte particular da iniciativa e do movimento, da delimitação e da combinação das forças. Trata-se de se delimitar antes de se unir e para se unir, “de utilizar todas as manifestações de descontentamento e de trabalhar até os menores elementos de um protesto, mesmo embrionário”, de conceber a luta política como “muito mais ampla e complexa que a luta dos operários contra o patronato e o governo” (*idem*, p. 440/463).

Quando o jornal *Rabotchéi Diélo* deduz os objectivos políticos da luta económica, Lenine reprova-o por “rebaixar o nível da actividade política multiforme do proletariado”. Ele considera ilusório acreditar que “o movimento puramente operário” seja, só por si, capaz de elaborar uma ideologia independente. O desenvolvimento espontâneo

do movimento operário apenas conduz “à subordinação à ideologia burguesa”. A ideologia dominante não é uma questão de manipulação das consciências, mas um efeito objectivo do fetichismo da mercadoria. Não há outra saída deste círculo de ferro do fetichismo e da sua servidão involuntária, senão pela elaboração das categorias da ruptura, da crise, da revolução, e pela luta política dos partidos.

A DISTINÇÃO DO POLÍTICO E DO SOCIAL

Tudo conduz portanto, em Lenine, a compreender que a política tem a sua gramática e a sua sintaxe próprias. Ela é o lugar de uma elaboração, de uma aparição, de uma representação, onde se trata de apresentar aquilo que está ausente. “A divisão em classes é certamente, afinal de contas, a base mais profunda do agrupamento político”, mas este “afinal de contas” é “a luta política apenas que estabelece” (Lenine. *Œuvres VII*, p. 41). Assim, “o comunismo surge literalmente de todos os pontos da vida social; ele brota decididamente por toda parte. Que se feche com um cuidado particular uma saída, o contágio achará uma outra, às vezes a mais imprevisível” (Lenine. *Œuvres XXXI*). É por isso que “nós não sabemos e nem podemos saber qual é a faísca que iniciará o incêndio”. Daí a palavra de ordem que resume, segundo Tucholsky, a atitude política de Lenine: “Estejam prontos!”. Estejam prontos para o imprevisível, para o improvável, para o acontecimento!

Se a política é, por vezes, definida como “a expressão concentrada da economia”, ela não pode deixar “de ter primado sobre a economia”. “Preconizando a fusão dos pontos de vista económico e político”, Bukharin ao contrário “escorregou para o eclectismo”. É também por isso que, em 1921, o próprio nome da Oposição Operária é criticado como “um nome desagradável”, que rebaixa novamente o político ao social, e pretende que a gestão da economia nacional caiba directamente aos “produtores agrupados em sindicatos de produtores”.

Para Lenine, a história das revoluções é “sempre mais rica de conteúdo, mais variada, mais multiforme, mais viva, mais engenhosa do que pensam os melhores partidos, as vanguardas mais conscientes das classes mais avançadas”. Há uma razão profunda para isso: “As melhores vanguardas exprimem a consciência, a vontade, a paixão, a imaginação de dezenas de milhares de homens, enquanto a revolução é – nos momentos de exaltação e de tensão particulares de todas as faculdades humanas – a obra da consciência, da vontade, da paixão, da imaginação de dezenas de milhões de homens, aguilhoados pela mais áspera luta de classes”.

Ele tira daí duas conclusões práticas de grande importância: “A primeira é que a classe revolucionária, para cumprir as suas tarefas, deve saber apropriar-se de todas as

formas e de todos os aspectos, sem excepção, da actividade social; a segunda, é que a classe revolucionária deve estar pronta para substituir rápida e bruscamente uma forma pela outra” (Lenine, *Œuvres* XXXI, p. 92).

Nesta problemática, a linguagem política tem seus lapsos reveladores. Permite uma interpretação não sociológica do papel dos estudantes e dos intelectuais nas lutas sociais. É por isso que “a expressão mais rigorosa, mais completa e melhor definida da luta política de classe, é a luta de partidos” (Lenine, *Œuvres* X, p. 15). No debate de 1915 sobre a questão do ultraimperialismo, Lenine percebe assim o perigo de um novo economicismo, apolítico, segundo o qual a maturidade das relações capitalistas e a sua centralização mundial tornariam impossíveis certas formas políticas, e prenunciariam um colapso quase natural do sistema. Para ele, o desenlace é decidido nos termos específicos da luta política. Reencontramos essa mesma preocupação, contra qualquer redução do político ao social ou à história, nas discussões com Trotsky sobre a caracterização do Estado dos soviets. Trotsky fala de Estado operário, “mas este Estado operário, rectifica Lenine, não é completamente operário, eis a questão” (Lenine, *Œuvres* XXXII, p. 16). Para apreender a sua singularidade, as categorias sociológicas são menos convenientes do que as categorias propriamente políticas. A sua fórmula é, então, mais descritiva e mais complexa, irredutível em todo caso a um conteúdo social unilateral: este será um Estado operário e camponês com “deformações burocráticas” e “eis a transição em toda a sua realidade”.

As implicações desta visão do político podem ser encontradas em quase todas as controvérsias importantes da época. No debate sobre os sindicatos, em que Trotsky defende, em nome do comunismo de guerra, a militarização dos sindicatos, Lenine sustenta uma posição original (ver Pierre Broué, *Trotsky*, Fayard, e também Ernest Mandel). Porque não é um órgão político de poder, o sindicato não poderia transformar-se em “organização de Estado coercitiva”. Ele situa-se no sistema “entre o partido e o Estado”, se “podemos exprimir-nos dessa forma” (Lenine, *Œuvres* XXXII, p. 12). Nos primeiros anos da revolução não havia restrição do direito de greve e o conselho dos comissários chegou a organizar um fundo de greve (Marcel Liebman, *Le léninisme sous Lénin*, Seuil, II, p. 198). Da mesma forma, a questão nacional é abordada na sua especificidade política, como questão democrática, fora de todo o esquema sociológico abstracto. É preciso incluir nela o elemento psicológico. Se a menor coerção entra nesta questão, ela suja, estraga e reduz a nada o indiscutível alcance progressivo da centralização.

UMA ABERTURA À PLURALIDADE DA REPRESENTAÇÃO

Uma insistência tão constante em Lenine na distinção entre o partido e a classe, na particularidade da luta política e da sua linguagem própria, conduz logicamente ao pensamento da pluralidade e da representação. Se o

partido não é a classe, decorre daí que uma mesma classe pode representar-se politicamente através de diferentes partidos políticos. Decorre também que “a representação do social na política” deve ser objecto da elaboração de regras e de instituições. Lenine não vai, é certo, até aí. Não deixa por isso de abrir um espaço original do político e de explorar as suas pistas.

Assim, submete a representação a regras inspiradas na experiência da Comuna de Paris, que visam limitar a profissionalização do político: salários idênticos ao de um operário qualificado, vigilância contra os privilégios de função, responsabilidade diante dos representados. Contrariamente a uma lenda persistente, não preconizava o mandato imperativo. Nem no interior do partido: “os poderes delegados não devem ser limitados por mandatos imperativos”; no exercício dos seus poderes, “eles são completamente livres e independentes”. Nem ao nível dos órgãos do Estado, onde o “direito de substituição dos deputados” não se confunde com um mandato imperativo que reduziria a representação ao simples reflexo corporativo de interesses particulares e de visões locais, sem síntese possível, esvaziando a deliberação democrática de toda a substância e de todo o significado.

Quanto à pluralidade, Lenine afirma sistematicamente que “a luta de nuances” no partido é “inevitável e necessária”, enquanto se desenvolver nos limites “aprovados por um acordo comum”. Ele defende também “a necessidade de assegurar, nos estatutos do partido, os direitos de toda a minoria a fim de desviar do curso filisteu habitual, de escândalos e querelas mesquinhas, as contínuas e inesgotáveis fontes de descontentamento, de irritação e de conflito, a fim de conduzi-las ao canal, ainda não habitual, de uma luta regular e digna em defesa de convicções. Entre estas garantias absolutas, nós incluímos a outorga à minoria de um (ou de vários) grupo literário, com direito de representação no congresso e direito de expressão completo” (Lenine, *Œuvres* VII, p. 470). De forma mais geral, ele não hesita em preconizar um *referendum* no partido sobre questões importantes.

Mesmo a famosa disciplina na acção é menos intangível do que quer a lenda. Conhece-se a indisciplina suprema de Zinoviev e Kamenev, tomando publicamente posição contra o projecto insurreccional em Setembro de 1917, sem serem alijados com carácter permanente das suas responsabilidades. O próprio Lenine reivindica, nestas circunstâncias extremas, um direito pessoal à desobediência. Ele ponderava demitir-se das suas responsabilidades para retomar a sua “liberdade de agitação” nas fileiras do partido, e escreve no momento crítico ao Comité Central: “Eu parti para onde vocês não queriam que eu fosse [ao Smolny]. Até a vista”.

Pressionado pela sua própria lógica a elaborar a pluralidade da representação, Lenine chega ainda a estabelecer os fundamentos teóricos de um pluralismo por princípio. Há pelo menos duas razões para isso. Primeiro, ele herdou

da Revolução Francesa a ilusão segundo a qual, uma vez derrubados os opressores, o processo de homogeneização da classe não é senão uma questão de tempo. Deixa de haver contradições imagináveis no seio do povo. Será preciso esperar por Trotsky e pelos anos 30 para se ver o pluralismo fundado por princípio na constatação de uma heterogeneidade duradoura das forças sociais, num contexto internacional determinado; porque uma classe permanece “dilacerada por antagonismos internos”, ela pode formar “vários partidos” (Trotsky, *A revolução traída*).

Em segundo lugar, a distinção entre o social e o político não impede uma inversão da proposta tradicional segundo a qual o político se dissolve no social. Com a instauração da ditadura do proletariado, aparece doravante o risco simétrico da absorção do social pelo político. O próprio Lenine não repetiu o equívoco da extinção da política e do Estado, prognosticando “a extinção da luta de partidos no seio dos soviets”? (Lenine, *Œuvres* XXV, p. 335).

Marcel Liebman assinala que, em *O Estado e a revolução*, os partidos perdem a sua função em detrimento de uma democracia directa que já não é inteiramente um Estado separado. Contrariamente às esperanças revolucionárias iniciais, com a contra-revolução burocrática, a estatização da sociedade ultrapassará a socialização do Estado. É ainda Trotsky que tirará disso a constatação mais chocante: “O Estado sou eu! É uma fórmula quase liberal em comparação com as realidades do regime totalitário de Estaline... Diferente do rei-sol, Estaline pode afirmar com razão: a sociedade sou eu!” (Trotsky, *Stalin*).

Paradoxalmente, tanto Lenine como Marx pecam tanto pelas suas inclinações libertárias quanto pelo seu lado autoritário. Esta é sua fraqueza. A questão é tragicamente complicada. Trata-se de fundar uma nova legitimidade irreduzível ao jogo ordinário dos partidos e do parlamentarismo, de inventar uma forma de representação que reconcilie o homem e o cidadão, o representante e o representado. Diante da extinção da camada “incrivelmente pequena” dos operários de vanguarda, dizimada pela guerra civil e pela fome, Lenine resigna-se a uma ditadura do partido, a uma inversão da pirâmide do poder, que não é o seu projecto original. Desde então, a revolução assenta sobre a sua ponta, num equilíbrio catastrófico, pateticamente ilustrado pelo seu último combate (Moshe Lewin, *Le dernier combat de Lénine*, Éditions de Minuit).

A PORTA ESTREITA DA CRISE REVOLUCIONÁRIA

Quer se trate da representação, da organização ou da estratégia, o pensamento político de Lenine é a cada momento a elaboração de uma temporalidade específica. Culmina na compreensão de crises, de guerras e de revoluções, do momento insurreccional decisivo.

Do ponto de vista reformista maioritário na Segunda

Internacional, a guerra não é um acontecimento inteiramente fundador, mas um parêntesis a ser fechado com a maior rapidez no desenrolar do progresso humano. É preciso, portanto, que ela acabe o mais depressa possível para que as coisas retomem seu curso normal. Este pacifismo difere gritantemente do derrotismo revolucionário então pregado por Lenine. Para ele, não se trata de devolver, pela paz, a luta de classes a uma suposta normalidade. A guerra faz parte da luta, e a questão é apreender a novidade desta forma agónica do conflito para abrir uma situação revolucionária. Duas visões opostas do mundo, da história, e da temporalidade política, traduzem-se aqui em orientações práticas contraditórias.

Karl Kautsky é o representante mais prestigioso da posição reformista clássica, então dominante na social-democracia internacional. No seu célebre *O caminho do poder*, afirma que o objectivo socialista não pode, é verdade, ser atingido senão por uma revolução; mas “não depende de nós fazer uma revolução”. O partido contenta-se em acompanhar e esclarecer como pedagogo as lutas dos explorados. Esta tese tem, é certo, sua parte de verdade. As lutas não se decretam. Elas eclodem: “isto” acontece, “aquilo” passa-se. Mas para Kautsky, o fenómeno objectivo separa-se da subjectividade revolucionária. Se fala de estratégia e de guerra de desgaste, é com o cuidado de nunca ter que dar batalha.

Esta ortodoxia anterior a 1914 reivindica a herança de Marx e Engels. Em 1851, num contexto de refluxo revolucionário, este último definia a revolução como “um fenómeno natural, comandado por leis físicas”. A consciência de classe aparece, então, como uma espécie de produto natural do desenvolvimento histórico e do crescimento sociológico do proletariado. É pela fusão tendencial entre a classe e o seu partido que parece resolver-se a contradição inextricável entre a sua vocação revolucionária e a sua sujeição ao fetichismo da mercadoria e ao despotismo da empresa: “Para a vitória definitiva das propostas enunciadas no *Manifesto*, Marx baseava-se unicamente no desenvolvimento intelectual da classe operária que deveria resultar da acção e da discussão comuns” (Engels. Prefácio de 1890 ao *Manifesto*). Se a sua luta contra a burguesia “começa com a sua própria existência”, o proletariado passa, de facto, “por diferentes fases de evolução”. Com o desenvolvimento industrial, “a força dos proletários aumenta e eles ganham mais consciência disso”. A solução do enigma estratégico encontra-se, portanto, na “organização gradual e espontânea do proletariado em classe”. É assim que “o proletariado de cada país deve, em primeiro lugar, conquistar o poder político, tornar-se classe dirigente da nação, tornar-se ele próprio a nação”. Entretanto, esta “organização do proletariado em classe, e portanto em partido político, é incessantemente destruída de novo pela concorrência dos próprios operários entre si”.

Círculo vicioso, sem solução numa temporalidade uniforme.

Rosa Luxemburgo foi uma das primeiras a compreender, desde as controvérsias de 1901-2, o que estava em jogo neste discurso da ortodoxia. O tempo linear do progresso parece jogar a favor da social-democracia, que ganha terreno e obtém posições institucionais, mas ele segrega, ao mesmo tempo, uma pesada burocracia conservadora, cuja sorte se torna dependente da do Estado. Rosa Luxemburgo será a melhor preparada para compreender as bases profundas da desconcertante capitulação de Agosto de 1914. Por isso ela está atenta às rupturas e inovações surgidas da própria luta. 1905 na Rússia abre, a seus olhos, “uma nova época na história do movimento operário”, e introduz um elemento novo, “a manifestação da luta proletária na revolução”.

Em que condições poderá o proletariado quebrar as correntes da opressão e da alienação? A greve geral é a forma irruptiva que torna possível a estratégia. Uma libertação súbita da energia acumulada permite então uma modificação rápida das correlações de forças e desloca as peças do tabuleiro.

Mais lento para tomar consciência do conservadismo burocrático e da sua relação com uma concepção uniforme do tempo histórico, Lenine tira daí, todavia, consequências mais radicais. O Estado constitui um núcleo estratégico decisivo da luta revolucionária. Mas não pode ser mudado a qualquer momento. Tentar este objectivo fora do tempo significaria simplesmente opor uma vontade arbitrária a uma passividade inerte, uma subjectividade absoluta a uma objectividade morta, como se a questão do poder estivesse permanentemente colocada na sua forma paroxística. As duas abordagens baseiam-se numa metafísica dualista do sujeito e do objecto. É por isso que a rotina parlamentar e a gesticulação esquerdista são complementares.

Lenine desenvolve, ao contrário, a noção estratégica de “crise revolucionária”. Em certas condições excepcionais e particulares, o Estado torna-se vulnerável, o equilíbrio de forças torna-se crítico. Não importa quando: em toda a luta há ritmo, pulsações e batimentos, que a noção de crise permite pensar: “Toda a desordem dos ritmos produz efeitos conflituais. Desajusta e perturba. Pode também produzir um buraco no tempo, a ser preenchido por uma invenção, uma criação. O que só acontece, individualmente e socialmente, passando por uma crise” (Henri Lefebvre, *Eléments de rythmanalyse*, p. 63).

Enquanto a política parlamentar conhece apenas uma dimensão temporal, a do encadeamento monótono das sessões e das legislaturas, o tempo das revoluções é concentrado, dobrado sobre si mesmo. Chega a acontecer que “meses de revolução educam melhor e mais completamente os cidadãos que dezenas de anos de marasmo político” (Lenine, *Œuvres* VIII p. 572). Em 1905, Lenine acompanha Sun Zi no elogio da prontidão. É preciso então “começar na hora”, “imediatamente”: “formar imediatamente, em todos os lugares, grupos de combate”.

A crise revolucionária é pluritemporal. Nela, misturam-se e combinam-se diversos tempos. A revolução na Rússia não é um simples prolongamento ou realização tardia da revolução burguesa, mas “um encadeamento” de duas revoluções. Esta ideia resume o espírito das famosas *Teses de Abril* (1917). Decorre logicamente do desenvolvimento desigual e combinado do espaço-tempo de uma época.

A política se mostra, então, moldada por ritmos e relevos. A arte da palavra de ordem é uma arte da conjuntura. Que a catástrofe possa ser conjurada depende desse sentido agudo do momento. Tal palavra de ordem, válida ontem, já não é válida hoje, mas voltará a ser amanhã: “Até 4 de Julho [1917], a palavra de ordem da passagem da totalidade do poder aos soviets era correcta”. Depois, já não é. Do mesmo modo: “Nesse momento, e só nesse momento, talvez durante alguns dias no máximo, ou durante uma semana ou duas, um tal governo pudesse...” (Lenine, *Œuvres* XXV, p. 277).

ALGUNS DIAS, UMA SEMANA!

Em 29 de setembro de 1917, Lenine escreve ao Comité Central, que tergiversa: “A crise está madura”, esperar torna-se um crime. Em 1 de Outubro, ele apressa-se em “tomar o poder imediatamente” em “passar imediatamente à insurreição”. Alguns dias mais tarde: “Eu escrevo estas linhas em 8 de Outubro... O sucesso da revolução russa depende de 2 ou 3 dias de luta”. E ainda: “Eu escrevo estas linhas na tarde de 24, a situação é crítica até ao limite. É claro agora que atrasar a insurreição é a morte. Está tudo por um fio”.

Deve-se agir “esta noite, esta madrugada”.

É notável constatar em que medida a elaboração desta problemática nos anos da guerra e a oposição cada vez mais consciente à ortodoxia reinante estão ligadas, em Lenine, à releitura da *Lógica* de Hegel, que Marx também releu “por acaso” no momento da crise económica de 1857/8 (sobre isso, ver os *Cadernos filosóficos*, de Lenine; e também, Michael Löwy, *Da Grande Lógica de Hegel à Estação Finlândia de Petrogrado*, bem como o meu ensaio em *Stratégie et parti*). Desde 1915 ele sistematizou a ideia de crise revolucionária, que o obcecou ao longo de todo o ano decisivo de 1917. É esta ideia que torna concebível a conquista improvável do poder por uma classe submetida ordinariamente ao círculo de ferro da exploração e da alienação.

É a chave da questão vertiginosa: como de nada tornar-se tudo?

Mas o que é afinal a crise? Lenine não dá uma definição precisa. Enumera antes as suas condições algébricas gerais; quando os de cima já não podem...; quando os de baixo já não querem...; quando os do meio hesitam e podem balançar... As três condições são indissociáveis e combinadas. Trata-se, então, não de um movimento social que se

aprofunda, mas especificamente de uma crise política da dominação, de uma crise do conjunto das relações sociais, cuja forma é uma “crise nacional”. Esta última expressão aparece frequentemente nos seus textos.

Porquê “crise nacional” e não apenas “crise revolucionária”? É preciso, para Lenine, destruir o Estado burguês como um corpo separado. Mas substituí-lo por quê? É aqui que entra a “crise nacional”. Na prática, a dualidade de poderes inerente à situação revolucionária só pode ter um desenlace vitorioso se certas funções vitais (abastecimento, transportes, segurança) do velho aparelho de Estado paralisado ou parcialmente deslocado são preenchidas por órgãos novos, mais democráticos e eficazes: a Comuna de Paris, os Soviotes de 1905, os conselhos operários de Turim... Estes órgãos são criações originais da própria luta, sem normas ou modelos pré-estabelecidos.

Mas para que uma crise possa desembocar numa vitória, falta às três condições enumeradas um quarto elemento que as combina: um projecto e uma vontade política, capazes de decidir no instante crítico entre vários possíveis. O partido político não tem, em Lenine, a função quase que exclusivamente pedagógica que lhe atribui Kautsky. Não é nem um simples reflexo do movimento social, nem um modesto portador de ideias, mas uma peça central do dispositivo estratégico. Quem diz estratégia, diz decisão, projecto, correlação de forças. A educação faz parte disso. Mas quem diz estratégia, diz também batalhas, provas em que o tempo não escoa de maneira uniforme, onde ele conta a dobrar, a triplicar. Se a revolução é social e política, o seu destino definitivo é decidido militarmente, na acção insurreccional de Outubro, que agarra a ocasião pelos cabelos, na precariedade do instante.

A experiência é eloquente. A escolha do momento é absolutamente crucial, como atestam as exortações de Lenine ao Comité Central reticente, durante os meses de Setembro e Outubro. É o momento! É preciso decidir-se! Agora. Não amanhã, nem depois de amanhã. Hoje. Porque, precisamente, o tempo não é indiferenciado. Deve-se agarrar o momento oportuno.

É aí que Lenine faz política e elabora a sua temporalidade própria. A de um tempo partido.

A burocracia sonha ter o acontecimento sob seu controle. Espera sem surpresa a vinda do que foi anunciado, e não concebe que o que foi anunciado possa não chegar. O revolucionário espreita o acontecimento potencial na crise. No momento da decisão, o julgamento manifesta o presente de uma presença. Esta acontecimentalidade irrevogável inaugura situações radicalmente novas onde “a nossa herança não é precedida de nenhum testamento”, porque o próprio acontecimento esclarece as suas condições de aparição. É por isso que a revolução constitui, segundo Hannah Arendt, o “verdadeiro acontecimento, cujo alcance não depende da vitória ou da derrota”.

Lenine: Saltos! Saltos! Saltos!

Daniel Bensaïd

Una política sin partidos termina, en la mayoría de los casos, en una política sin política: ya sea en un seguidismo sin objetivos a la espontaneidad de los movimientos sociales, o en la peor forma de vanguardismo individualista elitista, o finalmente en una represión de lo político en favor de lo estético o de lo ético.

A Hannah Arendt le angustiaba que la política pudiera desaparecer completamente del mundo. El siglo había atestiguado tales desastres que la pregunta de si acaso «la política todavía tiene significado alguno» se había vuelto inevitable. Los problemas que se debatían en estos miedos eran sumamente prácticos: «La falta de significado en el que el conjunto de la política ha terminado está confirmada por la vía muerta en la que se acumulan las cuestiones políticas específicas».[1]

Para ella, la forma que tomaba esta temida desaparición de la política era el totalitarismo. Hoy nos enfrentamos a una forma diferente de peligro: la tiranía del mercado. Aquí la política se encuentra aplastada entre el orden de los mercados financieros –que presentan como natural– y las prescripciones moralizantes del capitalismo ventrílocuo.

El fin de la política y el fin de la historia coinciden entonces en la repetición infernal de la eternidad de la mercancía en la que se escuchan las voces apagadas de Fukuyama y Furet: «La idea de otra sociedad se ha vuelto casi imposible de concebir, y nadie en el mundo de hoy ofrece algún tipo de consejo sobre el tema. Aquí estamos, condenados a vivir en el mundo tal como es».[2] Esto es peor que la melancolía –es desesperación, como hubiera dicho Blanco–, la eternidad de la humanidad basada en los índices de las bolsas.

Hannah Arendt pensaba que podía ponerle una fecha al principio y al fin de la política: inaugurada por Platón y Aristóteles, pensaba que encontró «su culminación definitiva en las teorías de Marx».[3] Anunciando el fin de la filosofía, dice que Marx también, por alguna broma de la dialéctica, pronunció eso de la política. Esta idea no reconoce la política de Marx como la única concebible frente a la violencia capitalizada y los fetichismos de la modernidad: «El Estado no es válido para todo», escribió, pronunciándose claramente contra «la exageración presuntuosa del factor político» que hace del Estado burocrático la encarnación del abstracto universal. Más que una

pasión unilateral por lo social, su esfuerzo se dirige a la emergencia de una política de los oprimidos que empieza desde la constitución de órganos políticos no estatales, que preparan el camino para la necesaria extinción del Estado como un órgano separado.

La cuestión vital, urgente, es aquella de la política desde abajo, política para los excluidos y marginados de la política estatal de la clase dominante.

Tenemos que resolver el enigma de las revoluciones obreras y sus tragedias repetidas: ¿cómo nos sacamos de encima lo muerto y ganamos el premio? ¿Cómo una clase que ve impedido su desarrollo físico y moral en su vida diaria debido a la servidumbre involuntaria del trabajo forzado puede transformarse en el sujeto universal de la emancipación humana? Las respuestas de Marx en este punto derivan de una apuesta sociológica –el desarrollo industrial lleva al crecimiento numérico y la concentración de la clase trabajadora, que a su vez hace progresar su organización y su conciencia. Así, se dice que la lógica del capital por sí sola lleva a «la constitución de los proletarios como clase dominante». El prólogo de Engels de 1890 a la edición del Manifiesto Comunista confirma esta suposición: «En cuanto al triunfo final de las tesis del Manifiesto, Marx ponía toda su confianza en el desarrollo intelectual de la clase trabajadora, fruto obligado de la acción conjunta y de la discusión».[4]

La ilusión según la cual la obtención del sufragio universal le permitiría al proletariado inglés, que era la mayoría de la sociedad, ajustar la representación política a la realidad social deriva de esta apuesta. En el mismo espíritu, en su comentario de 1898 sobre el Manifiesto, Antonio Labriola expresó la opinión de que «la deseada fusión de comunistas y proletarios es de ahora en adelante un hecho cumplido». La emancipación política del proletariado fluía necesariamente de su desarrollo social. La historia convulsa del siglo pasado muestra que no podemos escapar tan fácilmente del mundo embrujado de la mercancía, de sus dioses sanguinarios y de su «caja de repeticiones». La relevancia intempestiva de Lenin necesariamente es el resultado de esta observación. Si la política hoy todavía tiene una oportunidad de apartar el peligro doble de una naturalización de la economía y una fatalización de la historia, esta oportunidad requiere un nuevo acto leninista en las condiciones de la globalización imperial. El pensamiento político de Lenin es el de la política como estrategia, la de los momentos favorables y los eslabones débiles.

El tiempo «homogéneo y vacío» del progreso mecánico, sin crisis ni rupturas, es un tiempo no político. La idea sostenida por Kautsky de una «acumulación pasiva de fuerzas» pertenece a esta visión del tiempo. Una versión primitiva de una fuerza tranquila, este «socialismo fuera del tiempo» y a velocidad de tortuga, disuelve la incertidumbre de la lucha política en las proclamadas leyes de la evolución histórica.

Lenin, por el contrario, pensaba la política como un tiempo lleno de lucha, un tiempo de crisis y derrumbamientos. Para él, la especificidad de la política se expresa en el concepto de una crisis revolucionaria, que no es la continuación lógica de un «movimiento social», sino una crisis general de las relaciones recíprocas entre todas las clases de la sociedad.

La crisis se define entonces como una «crisis nacional». Actúa para poner al desnudo las líneas de batalla, que han sido oscurecidas por la fantasmagórica mística de la mercancía.

Entonces, por sí solo, y no en virtud de alguna inevitable maduración histórica, puede transformarse el proletariado y «convertirse en lo que es».

De esta forma se unen estrechamente la crisis revolucionaria y la lucha política. «El conocimiento que puede tener de sí misma la clase obrera está indisolublemente unido a un conocimiento preciso de las relaciones recíprocas de todas las clases en la sociedad contemporánea, un conocimiento que no es sólo teórico, mas bien debiéramos decir que es menos teórico que fundado en la experiencia de la política». Ciertamente es a través de la prueba de la política práctica que se adquiere este conocimiento de las relaciones recíprocas entre las clases. Transforma «nuestra revolución» en una «revolución de todo el pueblo».

Este enfoque es absolutamente opuesto a un obrerismo crudo, que reduce lo político a lo social. Lenin rechaza categóricamente «mezclar la cuestión de las clases con la de los partidos». La lucha de clases no se reduce al antagonismo entre el obrero y su patrón. Enfrenta a la clase trabajadora con «el conjunto de la clase capitalista» en el nivel del proceso de la producción capitalista como un todo, que es el objeto de estudio del Volumen III de *El Capital*. Esta, además, es la razón por la cual es perfectamente lógico que el capítulo inconcluso de Marx sobre las clases, entre en este punto y no en el Volumen I sobre el proceso de producción o el Volumen II sobre el proceso de circulación. Como partido político, la socialdemocracia revolucionaria representa entonces a la clase trabajadora, no sólo en sus relaciones con un grupo de patrones, sino también con «todas las clases de la sociedad contemporánea y con el Estado como una fuerza organizada».

El tiempo del momento propicio en la estrategia leninista

ya no es más el de las Penélopes y Danaides electorales, cuyo trabajo es constantemente desecho, sino el que le da un ritmo a la lucha y se sostiene sobre la crisis –el tiempo del momento oportuno y de la coyuntura singular, donde la necesidad y la eventualidad, acción y proceso, historia y evento se encuentran entrelazados. «No deberíamos imaginar a la revolución en la forma de un hecho singular: la revolución será una rápida sucesión de explosiones más o menos violentas, alternándose con fases de calma más o menos profundas. Por eso es esencial la actividad de nuestro partido, la focalización de su actividad, siendo posible y necesario trabajar tanto en los periodos de la más violenta explosión como en aquellos de calma, esto es, realizar un trabajo de agitación política unificada en toda Rusia».

Las revoluciones tienen su propio ritmo, marcado por aceleraciones y desaceleraciones. También tienen su propia geometría, donde la línea recta es interrumpida en bifurcaciones y giros repentinos. El partido entonces aparece bajo una nueva luz. Para Lenin, este ya no es el resultado de una experiencia acumulativa, ni el modesto maestro con la tarea de elevar a los trabajadores del oscurantismo y la ignorancia hacia la iluminación de la razón. Se vuelve un actor estratégico, una suerte de caja de velocidades para la lucha de clases. Como Walter Benjamin claramente reconoció, el tiempo estratégico de la política no es el tiempo homogéneo y vacío de la mecánica clásica, sino un tiempo fracturado, lleno de nodos y matrices donde se conectan y gestan eventos.

Sin ninguna duda existe, en la formación del pensamiento de Lenin, una interacción de rupturas y continuidades. Las mayores fracturas (que no son rupturas epistemológicas) pueden ser ubicadas en 1902, en el trabajo *¿Qué hacer?* y *Un paso adelante, dos atrás*, o de nuevo en 1914-1916, cuando fue necesario repensar el imperialismo y el Estado a la luz de la guerra, retomando el hilo de la lógica hegeliana. Al mismo tiempo, a partir de *El desarrollo del capitalismo en Rusia*, un trabajo fundacional, Lenin establecerá el marco que le permitirá luego hacer correcciones teóricas y ajustes estratégicos.

Las confrontaciones en el curso de las cuales los bolcheviques se definieron son una expresión de su revolución dentro de la revolución. Desde las polémicas de *¿Qué hacer?* y *Un paso adelante, dos pasos atrás*, los textos clásicos esencialmente preservan la idea de una vanguardia centralizada con disciplina militar. El punto clave se encuentra en otro lado.

Lenin está luchando contra la confusión, que él describe como «desorganizadora», entre el partido y la clase. El establecimiento de una distinción entre el partido y la clase tiene como contexto las grandes controversias entonces en curso en el movimiento socialista, especialmente en Rusia. Esto es, en oposición a las corrientes populistas, economicistas y mencheviques que a veces convergían para

defender el «socialismo puro». La aparente intransigencia de esta ortodoxia formal en realidad expresa la idea de que la revolución democrática debe ser necesariamente una etapa en el camino a la revolución histórica. Mientras espera fortalecerse y alcanzar la mayoría social y electoral, el naciente movimiento obrero se supone que abandona el liderazgo en favor de la burguesía y se contenta con actuar en apoyo de la modernización capitalista. Esta confianza en la dirección de la historia, según la cual todo llegaría a su debido tiempo para aquellos que esperan, es la base de las posiciones ortodoxas de Kautsky en la Segunda Internacional: «debemos avanzar pacientemente por las rutas del poder hasta que el poder caiga como una fruta podrida».

Para Lenin, al contrario, la meta es lo que guía al movimiento, la estrategia antecede a las tácticas, la política a la historia. Por eso es necesario separarse antes de unirse, y para unirse, «utilizar cualquier manifestación de descontento, haciéndolo sin importar lo pequeña que pueda ser». En otras palabras, concebir la lucha política como «más extensa y compleja que la lucha económica de los trabajadores con los patrones y el gobierno».[5] Así, cuando *Rabocheye Dyelo* deduce los objetivos políticos de la lucha económica, Lenin lo critica por «bajar el nivel de la variada actividad política del proletariado». Es una ilusión imaginar que «el movimiento obrero puro» es capaz por sí mismo de elaborar una ideología independiente. El propio desarrollo espontáneo del movimiento obrero, por el contrario, lleva a subordinarse a la ideología burguesa». Para la ideología dominante no es una cuestión de manipulación de conciencias, sino el objetivo resultante del fetichismo de la mercancía. A su puño de hierro y servidumbre forzada solo se puede escapar a través de la crisis revolucionaria y la lucha política de partidos. Esta es verdaderamente la respuesta de Lenin al enigma sin resolver de Marx.

Para Lenin todo lleva a la concepción de la política como la entrada en escena de lo que estaba ausente: «la división en clases es ciertamente, en última instancia, la más profunda base para el agrupamiento político», pero esta última instancia se «establece solo mediante la lucha política». De esta forma, «el comunismo, literalmente, irrumpe desde todos los puntos de la vida social: decididamente, florece en todas partes. Si una de sus salidas es bloqueada con particular empeño, entonces el fenómeno encontrará otra, a veces la más inesperada». Por eso es que no podemos saber «qué chispa comenzará el fuego».

De aquí la consigna que, de acuerdo con Tucholsky, resume la política leninista: «¡apresuraos!». Listos para lo improbable, lo inesperado, lo que suceda. Si Lenin pudiera describir la política como «economía concentrada», esta concentración significaría un cambio cualitativo en las bases según las cuales la política no puede fallar en «imponerse sobre la economía». «Al defender la fusión de los puntos de vista económicos y políticos», Bujarin, por otro lado, se «desliza hacia el eclecticismo». Igualmente,

en su polémica de 1921 contra la Oposición Obrera, Lenin critica este «infeliz nombre» que otra vez reduce la política a lo social y la demanda de que la administración de la economía nacional debería ser directamente dada a los «productores agrupados en sindicatos», lo que terminaría reduciendo la lucha de clases a una confrontación de intereses particulares o regionales sin síntesis.

La política, por el contrario, tiene su propio lenguaje, gramática y sintaxis. Tiene sus propias latencias y deslices. En el escenario político, la lucha de clases transfigurada tiene «su más completa, rigurosa y mejor definida expresión en la lucha de partidos». Derivado de un registro específico que no puede ser reducido a sus determinaciones inmediatas, el discurso político es más cercano al álgebra que a la aritmética. Su necesidad es de orden diferente, «mucho más compleja», que aquella vincula directamente las demandas sociales a la relación de explotación. Al contrario de lo que los «marxistas vulgares» imaginan, la política «no sigue dócilmente a la economía». El ideal del militante revolucionario no es un sindicalista con un estrecho horizonte, sino el «tribuno de la plebe» que aviva el fuego de la subversión en todas las esferas de la sociedad.

El «leninismo», o más bien el leninismo estalinizado concebido como ortodoxia estatal, muchas veces es hecho responsable por el despotismo burocrático. La noción de partido de vanguardia, separado de la clase trabajadora, es de este modo concebida como portadora del germen de la sustitución del vivo movimiento social por el aparato en los círculos de un infierno burocrático. Sin embargo, a pesar de lo injusta que pueda ser, esta acusación pone sobre la mesa una dificultad real. Si lo político no es idéntico a lo social, la representación de unos por otros necesariamente se vuelve problemática: ¿sobre qué se basa la legitimidad?

Para Lenin, hay una gran tentación de resolver la contradicción suponiendo que existe algún agente que representa de manera completa y adecuada a quienes los han elegido, culminando en el vaciamiento de la política. Las contradicciones en la representación no permiten que ningún agente pueda de manera exclusiva y constante abarcar la pluralidad constitutiva sobre la que se eleva sin eliminar la misma. Este aspecto de la cuestión abarca a otro no menos importante, considerando que Lenin no parece reconocer el alcance de su innovación. Al parafrasear un texto canónico de Kautsky, lo distorsiona significativamente de la siguiente forma: Kautsky escribió que la «ciencia» llega a los proletarios «desde fuera de la lucha de clases a través de la «eintelektualidad burguesa f». Por medio de un giro verbal extraordinario, Lenin lo traduce como «la conciencia política de clase» (más que la «ciencia») llega «desde fuera de la lucha económica»[6] (más que desde fuera de la lucha de clases, que es tanto política como social), ya no a través de los intelectuales como categoría social, sino a través del partido como un agente que estructura específicamente el espacio político. La diferencia es muy sustancial.

Tanta insistencia en el lenguaje de la política, donde la realidad social se manifiesta a través de la permanente interacción entre desplazamientos y cristalizaciones, debería lógicamente resultar en una forma de pensamiento basada en la pluralidad y la representación. Si el partido no es la clase, la propia clase debería ser representada políticamente por muchos partidos, expresando sus diferencias y contradicciones.

La representación de lo social en lo político, debería entonces volverse el objeto de una elaboración jurídica e institucional. Lenin no llega tan lejos. Un detallado estudio, que trasciende el alcance de este artículo, sobre sus posiciones respecto de la cuestión nacional y la cuestión sindical en 1921, y sobre la democracia en 1917, nos permitiría verificar esto.[7]

De esta manera, Lenin sujeta la representación a reglas inspiradas por la Comuna de París, con el objetivo de limitar la profesionalización política: los representantes electos deben percibir un sueldo igual al de un obrero cualificado, vigilancia constante sobre los favores y privilegios para los funcionarios, la responsabilidad de los elegidos hacia aquellos que los eligieron. Contrariamente a un mito persistente, no planteaba el mandato imperativo de los delegados por parte de sus representados. Éste era el caso en el partido: «los poderes de los delegados no deben estar limitados por mandatos imperativos»; en el ejercicio de sus poderes «son completamente libres e independientes»; el congreso o asamblea es soberano. Igualmente a nivel de los órganos estatales, donde «el derecho de revocar a los diputados» no debe confundirse con un mandato imperativo que reduciría la representación a la suma de intereses particulares y puntos de vista estrechamente locales, sin posibilidad de síntesis alguna, que privaría a la deliberación democrática de toda sustancia y relevancia. En cuanto a la pluralidad, Lenin afirmó constantemente que «la lucha de matices de opinión» en el partido es inevitable y necesaria, en tanto tenga lugar dentro de los límites «aprobados por acuerdo común». Sostuvo «que es necesario incluir en las reglas del partido garantías de derechos para las minorías, para que los descontentos, las irritaciones y los conflictos que constante e inevitablemente surgirán, puedan ser sustraídos de los acostumbrados cauces filisteos de querellas y disputas, y ser dirigidos hacia los cauces todavía desacostumbrados de una lucha constitucional y dignificada por las propias convicciones. Como una de estas garantías esenciales, proponemos que a la minoría se le permita uno o más grupos de escritores, con el derecho a estar representados en los congresos y con completa libertad de expresión f».[8]

Si la política es una cuestión de opción y decisión, implica una pluralidad organizada. Ésta es una cuestión de principios de organización. En cuanto al sistema de organización, puede variar según las circunstancias concretas, a condición de no perder el hilo que guía los principios en

el laberinto de las oportunidades. Así es como incluso la notoria disciplina en la acción parece menos sacrosanta de lo que admitiría el mito dorado del leninismo. Conocemos cómo Zinóviev y Kámenev fueron culpables de indisciplina, oponiéndose públicamente a la insurrección, y aún así no fueron apartados permanentemente de sus responsabilidades. El propio Lenin, en circunstancias extremas, no dudó en exigir el derecho personal de desobedecer al partido. Así, contempló la idea de dimitir de su cargo para retomar la «libertad de agitar» en la base del partido. En el momento crítico de la decisión, escribió bruscamente al Comité Central, «me fui a donde ustedes no querían que fuera (al Smolny). Adiós».

Su propia lógica lo llevó a visualizar la pluralidad y la representación en un país sin tradiciones parlamentarias ni democráticas. Pero Lenin no extrajo todas las conclusiones. Hay por lo menos dos razones para ello. La primera es que había heredado de la Revolución francesa la ilusión de que, una vez que el opresor ha sido derrocado, la homogeneización del pueblo o de la clase es sólo una cuestión de tiempo: las contradicciones entre el pueblo pueden ahora sólo provenir del extranjero o de la traición. La segunda es que la distinción entre lo político y lo social no es una garantía contra una inversión fatal: en lugar de llevar a la socialización de lo político, la dictadura puede significar la estatización burocrática de lo social. ¿Acaso no se aventuró el propio Lenin a predecir «la extinción de la lucha entre los partidos dentro de los soviets»?

En *El estado y la revolución*, los partidos pierden ciertamente su función en favor de una democracia directa, que no se supone que sea completamente un Estado separado. Pero, al contrario de las esperanzas iniciales, la estatización de la sociedad triunfó sobre la socialización de las funciones estatales. Absorbidos por los principales peligros del cerco militar y la restauración capitalista, los revolucionarios vieron crecer bajo sus pies el peligro no menos importante de la contrarrevolución burocrática.

Paradójicamente, las debilidades de Lenin están más ligadas a sus inclinaciones libertarias que a sus tentaciones autoritarias, como si un eslabón secreto uniera las dos. La crisis revolucionaria aparece como el momento crítico de la posible resolución, donde la teoría se vuelve estrategia:

«La historia en general y más particularmente la historia de las revoluciones es siempre más rica en su contenido, más variada, más polifacética, más viva, más ingeniosa que lo que pueden concebir los mejores partidos, las vanguardias más conscientes de las clases más avanzadas. Y eso es comprensible ya que las mejores vanguardias expresan la conciencia, la voluntad y la pasión de decenas de miles de hombres, mientras que la revolución es uno de los momentos de especial exaltación y tensión de todas las facultades humanas –el trabajo de la conciencia, la voluntad, la imaginación, la pasión de centenares de miles de hombres incitados por la más áspera lucha de clases. De

aquí surgen dos conclusiones prácticas de gran importancia: primero, que la clase revolucionaria, para poder llevar a cabo su tarea, debe poder tomar posesión de todas las formas y todos los aspectos de la actividad social sin la más mínima excepción; segundo, la clase revolucionaria debe estar lista para reemplazar rápidamente una forma por otra y sin advertencia».

De esto Lenin deduce la necesidad de responder a eventos inesperados donde a menudo la verdad oculta de las relaciones sociales se revela repentinamente: «No sabemos y no podemos saber qué chispa... encenderá la conflagración, en el sentido de elevar a las masas; por consiguiente, debemos, con nuestros principios nuevos y comunistas, ponernos a trabajar para remover todas y cada una de las esferas, incluso las más viejas, mohosas y aparentemente irremediables, ya que de no ser así no podremos resolver nuestras tareas, no nos prepararemos comprensivamente, no estaremos en posesión de todas las armas».[9]

¡Remover todas las esferas! ¡Estar prestos para las soluciones más imprevisibles! ¡Permanecer listos para el cambio súbito de formas! ¡Saber emplear todas las armas! Éstas son las máximas de una política concebida como el arte de los acontecimientos inesperados y de las posibilidades efectivas de una coyuntura determinada.

Esta revolución en la política nos devuelve a la noción de crisis revolucionaria sistematizada en *La Bancarrota de la Segunda Internacional*. Se define por una interacción entre varios elementos variables en una situación: cuando los de arriba ya no pueden seguir gobernando como antes; cuando los de abajo no toleran ser gobernados como antes; y cuando esta imposibilidad doble se expresa por una efervescencia súbita de las masas. Adoptando estos criterios, Trotsky enfatiza en su *Historia de la Revolución Rusa* «que estas premisas se condicionan mutuamente es obvio. Mientras el proletariado actúe más decidida y confiadamente, más éxito tendrá en ganarse a las capas medias, más aislada estará la clase dominante, y más aguda será su desmoralización. Y, por otro lado, una desmoralización de quienes dominan llevará agua al molino de la clase revolucionaria».[10] Pero la crisis no garantiza las condiciones de su propia resolución. Esa es la razón por la cual Lenin hace de la intervención de un partido revolucionario el factor decisivo en una situación crítica:

«No es cada situación revolucionaria lo que da lugar a una revolución. La revolución sólo surge de una situación en la que los cambios objetivos antedichos son acompañados por un cambio subjetivo, a saber, la habilidad de la clase revolucionaria de emprender la acción revolucionaria de masas lo suficientemente fuerte como para romper (o dislocar) el viejo gobierno, que nunca, ni siquiera en un período de crisis se cae, si no es derrocado».[11] La crisis sólo puede resolverse por la derrota, a manos de una reacción que a menudo será sanguinaria, o por la intervención de un sujeto resuelto.

Esta era la interpretación del leninismo en *Historia y Conciencia de Clase* de Lukács. Ya en el V «Congreso de la Internacional Comunista esto le valió el anatema de bolchevique termidoriano. Lukács en realidad insistía en el hecho de que «Sólo la conciencia del proletariado puede señalar el camino que nos lleve fuera del callejón sin salida del capitalismo. En tanto esta conciencia esté ausente, la crisis continúa permanentemente, regresa a su punto de partida, repite el ciclo...». Lukács argumenta que, «la diferencia entre el período en el que se libran las batallas decisivas y el período anterior no estriba en la magnitud y la intensidad de las batallas en sí mismas. Estos cambios cuantitativos son meramente sintomáticos de las diferencias fundamentales de calidad que distinguen estas luchas de las anteriores...

Ahora, sin embargo, el proceso por el cual el proletariado se vuelve independiente y «se organiza como clase» se repite e intensifica hasta el momento en que se alcance la crisis final del capitalismo, el momento en que la decisión se encuentra cada vez más en manos del proletariado».[12] Esto tiene resonancias en los años treinta cuando Trotsky, enfrentado al nazismo y la reacción estalinista, produjo una formulación que equipara la crisis de la humanidad con la crisis de dirección revolucionaria.

La estrategia es «un cálculo de masa, velocidad y tiempo», escribió Chateaubriand. Para Sun Tzu, el arte de la guerra ya era el arte del cambio y de la velocidad. Este arte requería adquirir «la velocidad de la liebre» y «llegar a decisiones inmediatamente», porque está probado que la victoria más famosa podría haber sido una derrota «si se hubiera entrado a la batalla un día antes o unos días después». La regla de conducta derivada de esto es válida tanto para los políticos como para los soldados:

«Nunca permita que se le escape cualquier oportunidad, cuando la encuentre favorable. Los cinco elementos no están en todas partes, ni se encuentran igualmente puros; las cuatro estaciones no se suceden de la misma forma todos los años; la salida y la puesta del sol no siempre se encuentran en el mismo punto en el horizonte. Algunos días son largos y otros cortos. La luna crece y mengua y no siempre ilumina con la misma intensidad. Un ejército bien dirigido y bien disciplinado imita idóneamente todas estas variaciones».[13]

La noción de crisis revolucionaria hace suya esta lección de estrategia y la politiza. En ciertas circunstancias excepcionales el equilibrio de fuerzas llega a un punto crítico. «Toda ruptura de los ritmos produce efectos de conflicto. Molesta y perturba. También puede producir un hueco en el tiempo, que hay que llenar con una invención, con una creación. Esto ocurre, individual y socialmente, sólo atravesando una crisis». ¿Un hueco en el tiempo? ¿Un momento excepcional? Por medio de la cual puede surgir el hecho incumplido que contradice la fatalidad del hecho cumplido.

En 1905 Lenin coincide con Sun Tzu en su valoración de la velocidad. Es necesario, dice, «comenzar a tiempo», para actuar «inmediatamente». «Formar inmediatamente, en todos los lugares, grupos de combate. Debemos realmente ser capaces de tomar al vuelo aquellos momentos fugaces de los que habla Hegel y que constituyen una definición excelente de la dialéctica». Esto se debe a que la revolución en Rusia no es el resultado orgánico de una revolución burguesa que se extiende en una revolución proletaria, sino un «entrelazamiento» de dos revoluciones. Si el desastre probable puede evitarse depende de un sentido agudo de la coyuntura. El arte de la consigna es un arte del momento favorable. Una instrucción particular que era válida ayer puede no serlo hoy, pero puede ser nuevamente válida mañana. «Hasta el 4 de julio de 1917 la consigna de «Todo el poder a los soviets» era correcta». Luego ya dejó de serlo. «En este momento y sólo en este momento, quizás sólo durante algunos días a lo sumo, o durante una semana o dos, semejante gobierno podría sobrevivir».

¡Unos días! ¡Una semana! El 29 de septiembre de 1917, Lenin escribió al dubitativo Comité Central: «La crisis ha madurado».[14] La espera estaba volviéndose un crimen. El 1^o de octubre los llamó a «tomar el poder de una vez por todas», a «recurrir a la insurrección de una vez por todas».[15] Unos días después lo intentó nuevamente: «Estoy escribiendo estas líneas el 8 de octubre... El éxito de la revolución rusa y la revolución mundial depende de dos o tres días de combate».[16] El todavía insistía, «estoy escribiendo estas líneas en la noche del 24. La situación es crítica en extremo. De hecho ahora está absolutamente claro que retardar el levantamiento sería fatal... Ahora todo pende de un hilo. Por eso es necesario actuar esta misma noche».[17]

«Rupturas en la gradualidad», anotó Lenin en los márgenes de la *Ciencia de la Lógica* de Hegel, al comienzo de la guerra. Y enfatizó, «La gradualidad no explica nada sin saltos. ¡Saltos! ¡Saltos! ¡Saltos!».[18]

Tres comentarios breves para concluir la relevancia de Lenin hoy. Su pensamiento estratégico define una disposición capaz de actuar respecto a cualquier evento que pudiera ocurrir. Pero este evento no es el Evento absoluto, que no proviene de ninguna parte, que algunas personas han mencionado con referencia al 11 de Septiembre. Se sitúa en las condiciones de una posibilidad históricamente determinada. Eso es lo que lo distingue del milagro religioso.

Así, la crisis revolucionaria de 1917 y su resolución por medio de la insurrección se vuelven estratégicamente pensables dentro del marco trazado en *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*. Esta relación dialéctica entre la necesidad y la contingencia, la estructura y la ruptura, la historia y el evento, establece las bases para la posibilidad de una política organizada en el tiempo, en tanto que la apuesta arbitrariamente voluntarista a la explosión súbita de un evento puede permitirnos resistir al aire de los tiempos, que

generalmente nos conducen a una posición de resistencia estética en lugar de un compromiso militante para modificar pacientemente el curso de los acontecimientos.

Para Lenin –al igual que para Trotsky– la crisis revolucionaria se forma y comienza en la arena nacional, que en el momento constituye el marco de la lucha por la hegemonía, y prosigue hasta ocupar su lugar en el contexto de la revolución mundial. Por lo tanto, la crisis en la que surge el doble poder, no se reduce a una crisis económica o a un conflicto inmediato entre el trabajo asalariado y el capital en el proceso de producción. La pregunta leninista –¿quién se perfilará en las alturas?– es aquella de la dirección política: ¿qué clase será capaz de resolver las contradicciones que están ahogando a la sociedad, capaz de imponer una lógica alternativa a la de la acumulación de capital, capaz de trascender las relaciones de producción existentes y de abrir un nuevo campo de posibilidades? La crisis revolucionaria, por consiguiente, no es una simple crisis social, sino también una crisis nacional: en Rusia tanto como en Alemania, en España al igual que en China. La pregunta hoy es indudablemente más compleja dada la magnitud en que la globalización capitalista ha reforzado la imbricación de los espacios nacionales, continentales y mundiales. Una crisis revolucionaria en un país central tendría una dimensión internacional inmediatamente y requeriría respuestas en términos que son al mismo tiempo nacionales y continentales, o incluso directamente globales en cuestiones como la energía, la ecología, la política de armamentos, los movimientos migratorios, etc. No obstante, sigue siendo una ilusión creer que podemos evadir esta dificultad eliminando la cuestión de la conquista del poder político (bajo el pretexto de que el poder hoy está divorciado del territorio y se esparce en todas partes y en ninguna) en favor de una retórica de los «contra-poderes». Los poderes económico, militar y cultural quizás se esparcen más ampliamente, pero también se encuentran más concentrados que nunca. Uno puede pretender ignorar el poder, pero el poder no lo ignorará a uno. Uno puede actuar básicamente negándose a tomarlo, pero desde Cataluña en 1937 hasta Chiapas en 1994, pasando por Chile en 1973, la experiencia demuestra hasta la actualidad que el poder no dudará en tomarnos de la forma más brutal. En una palabra, una estrategia de contra-poder sólo tiene algún sentido en la perspectiva del doble poder y su resolución. ¿Quién se impondrá?

Finalmente, los detractores identifican a menudo al «leninismo» y al propio Lenin con una forma histórica de partido político que se dice que ha muerto junto con el colapso de los partidos-estados burocráticos. En este juicio apresurado hay mucha ignorancia histórica y frivolidad política, que sólo pueden ser explicadas parcialmente por el trauma causado por las prácticas estalinistas. La experiencia del siglo pasado plantea la cuestión de la burocratización como un fenómeno social, más que la cuestión de la forma del partido de vanguardia heredada del *¿Qué Hacer?* En lo que concierne a las organizaciones de masas (no sólo las políticas, sino igualmente los sindicatos y los

movimientos) están lejos de ser las menos burocráticas: en Francia los casos del Partido Socialista, del supuestamente renovado Partido Comunista, o de los Verdes, son completamente elocuentes sobre este punto. Pero por otro lado –como hemos mencionado– en la distinción leninista entre partido y clase hay algunos senderos fecundos para pensar las relaciones entre los movimientos sociales y la representación política. Igualmente, en los principios superficialmente desacreditados del centralismo democrático, los detractores enfatizan principalmente el hipercentralismo burocrático ejemplificado en forma siniestra por los partidos estalinistas. Pero un cierto grado de centralización, lejos de oponerse a la democracia, es la condición esencial para que exista –porque la delimitación del partido es un medio de resistir los efectos disolventes de la ideología dominante, y también de apuntar a una cierta igualdad entre los miembros, contraria a las desigualdades que son generadas inevitablemente por las relaciones sociales y por la división del trabajo. Hoy podemos ver muy bien cómo el debilitamiento de estos principios, lejos de favorecer una forma más alta de democracia, lleva a la cooptación por parte de los medios de comunicación y la legitimación por parte de un plebiscito de líderes que incluso son menos controlados por la base. Más aún, la democracia en un partido revolucionario apunta a producir decisiones que son asumidas colectivamente para actuar sobre la relación de fuerzas.

Cuando los detractores superficiales del leninismo proclaman haberse liberado de una disciplina sofocante, en realidad están vaciando la discusión de toda su relevancia, reduciéndola a un foro de opiniones que no compromete a nadie: después de un intercambio de libertad de expresión sin ninguna decisión común, todos pueden salir igual que como vinieron y ninguna práctica en común hace posible probar la validez de las posiciones contrapuestas que se toman en consideración. Finalmente, el énfasis puesto en la crisis de la forma de partido –en particular por parte de los burócratas reciclados que provienen de los antiguos partidos comunistas– a menudo les permite evitar hablar sobre la crisis de contenido programático y justifica la ausencia de preocupación estratégica. Una política sin partidos (como quiera que se llamen: movimiento, organización, etc.) termina, en la mayoría de los casos, en una política sin política: ya sea en un seguidismo sin objetivos a la espontaneidad de los movimientos sociales, o en la peor forma de vanguardismo individualista elitista, o finalmente en una represión de lo político en favor de lo estético o lo ético.

Daniel Bensaid es dirigente de la Liga Comunista Revolucionaria, la sección francesa de la Cuarta Internacional.

1. H.Arendt, *¿Was ist Politik?* (Munich, 1993), pp. 28, 31.
2. F.Furet, *The Passing of an Illusion* (Chicago, 1999), p. 502.
3. H.Arendt, op. cit, p.146.
4. K.Marx y F.Engels, *Collected Works*, vol. 27 (Londres, 1975), p. 59.
5. V.I.Lenin, *Collected Works*, vol. 5 (Moscú, 1960), pp. 430, 452.
6. Ibid, pp. 383, 422.
7. Así en el debate de 1915 sobre el ultraimperialismo, Lenin percibe el peligro de un nuevo economicismo, donde la madurez de las relaciones capitalistas de producción a escala mundial sería el preludio a un derrumbamiento final del sistema.
- Encontramos nuevamente esta preocupación por evitar cualquier reducción de lo político a lo económico o lo social en los debates de comienzos de los años 20 en la caracterización del Estado soviético. A aquellos que hablan de un Estado obrero, Lenin les contesta que «la cuestión es que no se trata exactamente de un Estado obrero». Su formulación es entonces más descriptiva y compleja que una caracterización sociológica: es un Estado obrero y campesino «con deformaciones burocráticas», y «allí tenemos la realidad de la transición» [V.I. Lenin, op. cit, vol. 32, p. 24]. Finalmente, en el debate sobre los sindicatos, Lenin nuevamente defiende una posición original: ya que no son un órgano del poder político, los sindicatos no deben transformarse en «organizaciones estatales coercitivas».
8. V.I.Lenin, op. cit, vol. 7, p. 450.
9. V.I.Lenin, op. cit, vol. 31, p. 99.
10. L. Trotsky, *The History of the Russian Revolution* (Londres, 1997), p. 1024.
11. V.I.Lenin, op. cit, vol. 21, p. 214.
12. G.Lukács, *History and Class Consciousness* (Londres, 1971), pp. 76, 313.
13. H.Lefebvre, *Eléments de rythmanalyse* (París, 1996).
14. V.I.Lenin, op. cit, vol. 26, p. 82.
15. Ibid, pp. 140-141.
16. Ibid, pp. 179-181.
18. V.I.Lenin, op. cit, vol. 38, p. 123.